

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ELIANE RIBEIRO DRESCH

**A POBREZA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010**

DOURADOS/MS

2018

ELIANE RIBEIRO DRESCH

**A POBREZA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Doutor Pedro Rodrigues de Oliveira

Banca Examinadora:
Professor Doutor Enrique Duarte Romero
Professor Doutor Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel

DOURADOS/MS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

D773p Dresch, Eliane Ribeiro

A pobreza no estado de Mato Grosso do Sul: Uma análise a partir do censo demográfico de 2010 [recurso eletrônico] / Eliane Ribeiro Dresch. -- 2018.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Pedro Rodrigues de Oliveira.

TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Pobreza. 2. Mato Grosso do Sul. 3. Brasil. 4. Distribuição Geográfica. 5. Características. I. Oliveira, Pedro Rodrigues De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser o Senhor de todas as coisas, por me conceder a vida, por ter permitido e provido as condições necessárias para que eu pudesse realizar este trabalho e por me acompanhar até aqui.

Aos meus pais, que sempre orientaram a mim e aos meus irmãos dizendo que “*o único caminho para sair da pobreza e ter uma vida melhor é estudando*”. À minha mãe Olívia, pelo seu exemplo de dedicação, trabalho incansável e terno amor. Ao meu pai José, pelo exemplo de honestidade e generosidade. Às minhas irmãs Camila e Renata pela estima que têm por mim. Ao meu irmão Rodrigo, por me proporcionar aprendizado. Ao meu esposo Leonardy, pelo apoio, companhia e exemplo de mansidão.

Ao professor e orientador deste trabalho Pedro, pela dedicação, atenção e zelo dispensado com este trabalho, bem como, por sua constante boa disposição em ensinar.

Aos professores da banca deste trabalho, pelas contribuições e correções realizadas. Ao professor Enrique pela empatia e preocupação pessoal com cada um de seus alunos, seu comportamento torna o ambiente da Universidade mais acolhedor. Ao professor Paulo, pelas cuidadosas e meticulosas correções realizadas neste trabalho, bem como pelo incentivo à pesquisa científica.

Às demais professoras e aos demais professores que lecionaram disciplinas no decorrer do curso, Soraia Santos da Silva, Juliana Maria de Aquino, Roselaine Bonfim de Almeida, Madalena Maria Schlindwein, Jaqueline Severino da Costa, Caio Luis Chiariello, Fábio Rodrigues de Moura, Leandro Vinícios Carvalho, Alexandre Bandeira Monteiro e Silva, Alexandre de Souza Corrêa, Adriano Renzi, Jonathan Gonçalves da Silva.

Aos secretários acadêmicos do curso de Ciências Econômicas Fernando Vieira Dantas, Floriana Ferreira da Silva e Ariane Morales Moreti pela dedicação e apoio prestado aos acadêmicos.

Às amigas e aos amigos feitos no decorrer do curso, especialmente Josilene, Caroline, Silvana, Janice e Amanda, sou grata pelo companheirismo, pela companhia, pelas caronas e pelos momentos que vivemos juntas.

À Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pela função social exercida, pela oportunidade e pela qualidade do serviço prestado à sociedade.

Aos contribuintes brasileiros, pois, por meio dos impostos pagos por eles pude cursar ensino básico, fundamental, médio e superior.

Ao Sicredi, bem como, às demais instituições em que trabalhei, por terem me proporcionado emprego e renda capazes de possibilitar as condições de subsistência necessárias para que eu pudesse concluir a graduação.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a pobreza no estado de Mato Grosso do Sul, sua variação ao longo do tempo, distribuição geográfica por municípios e microrregiões, bem como, características dos indivíduos que vivem nesta situação. Para tanto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976-2014 e microdados do Censo Demográfico de 2010, ambos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para cada uma das fontes de dados utilizadas foram aplicadas abordagens específicas da pobreza, sendo estas a ótica de necessidades calóricas e a ótica da renda em dólares por dia. Com base nestes dados, foi possível identificar que a pobreza, no Brasil como um todo, inclusive no Mato Grosso do Sul objeto desta análise, teve uma significativa redução no período de 1976-2014, em especial de 2002-2014. Quanto à distribuição geográfica, notou-se uma expressiva desigualdade entre municípios no que tange, a tanto à quantidade quanto a proporção, de indivíduos na pobreza por município. E quanto à caracterização dos indivíduos na pobreza foi possível identificar alguma relação da condição de pobreza com indicadores de renda, gênero, idade, escolaridade, etnia, atividade e ocupação.

Palavras chave: Pobreza, Mato Grosso do Sul, Brasil, Distribuição Geográfica, Características.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze poverty in the state of Mato Grosso do Sul, its variation over time, geographical distribution by municipalities and microregions, as well as characteristics of individuals living in this situation. For that, we used data from the National Household Sample Survey - PNAD from 1976-2014 and microdata from the 2010 Demographic Census, both carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. For each of the data sources used, specific approaches of poverty were applied, these being the perspective of caloric needs and the perspective of income in dollars per day. Based on these data, it was possible to identify that poverty, in Brazil as a whole, including in Mato Grosso do Sul, the subject of this analysis, had a significant reduction in the period 1976-2014, especially in 2002-2014. As for the geographical distribution, there was a significant inequality between municipalities in terms of both quantity and proportion of individuals in poverty per municipality. As for the characterization of the individuals in poverty, it was possible to identify some relation of the poverty condition with, indicators of income, gender, age, schooling, ethnicity, activity and occupation.

Key words: Poverty, Mato Grosso do Sul, Brazil, Geographic Distribution, Characteristics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	09
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	10
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
3 METODOLOGIA.....	15
3.1 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ANÁLISE.....	15
3.2 FONTES DE DADOS	16
3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	16
3.3.1 ABORDAGENS DE POBREZA UTILIZADAS	16
3.3.1.1 ÓTICA DE NECESSIDADES CALÓRICA.....	17
3.3.1.2 ÓTICA DA RENDA	17
3.3.1.2.1 UM POUCO MAIS SOBRE A PPC	18
4 EVOLUÇÃO TEMPORAL DA POBREZA: 1976-2014	20
4.1 A POBREZA NO BRASIL E REGIÕES	20
4.2 A POBREZA NOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL	25
4.3 CONVERGÊNCIA.....	28
5 RESULTADOS	29
5.1 DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA POR ÁREA GEOGRÁFICA	30
5.1.1.1 MUNICÍPIOS	30
5.1.1.2 MICRORREGIÕES	33
5.2 CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA	34
5.2.1 GÊNERO	34
5.2.2 ETNIA	35
5.2.3 FAIXA ETARIA	36
5.2.4 ESTADO CIVIL	37
5.2.5 ESCOLARIDADE	37
5.2.6 ATIVIDADE	38
5.2.7 OCUPAÇÃO	39
5.2.8 RENDIMENTO	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um problema social altamente relevante para análise da qualidade de vida de uma sociedade, por este motivo tem sido objeto de estudo em todo o mundo nas universidades, esferas governamentais e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras.

Desde a conceituação até a estimação da pobreza existem discussões extensas sobre as metodologias aplicadas. É possível, no entanto, considerar a abordagem de pobreza como privação relativa como uma das abordagens que melhor explica de forma conceitual o problema. No entanto, para a realização das análises quantitativas da pobreza se faz necessária a utilização da abordagem de pobreza absoluta que costuma ser definida através da delimitação de um valor de renda mínimo para o atendimento de alguma(s) necessidade(s) básica(s) de subsistência.

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), da ONU (1948, p.13) “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]”. No entanto, este direito tem sido violado, diante de inúmeros casos de pessoas vivendo em condições de pobreza e extrema pobreza no mundo todo, sem condições de assegurar a si e a suas famílias nem mesmo alimentação, tampouco vestuário, habitação, cuidados médicos e outros. A mesma ONU (2015a) aponta que nos últimos 25 anos, mais de um bilhão de pessoas, no mundo, saíram da condição de pobreza. Entretanto, ainda assim, cerca de 900 milhões de pessoas continuam incapazes de suprir suas necessidades básicas para subsistência, isto representa 12,24% da população mundial atual, estimada em aproximadamente de 7,3 bilhões de pessoas (ONU, 2015b).

Barros, Henriques e Mendonça (2001) afirmam que o Brasil apresentou elevados níveis de pobreza nas últimas décadas e que a herança histórica de injustiça social “excluiu parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania”. Ao comparar o grau de pobreza no Brasil com o de outros países com renda per capita similar, concluíram que “o grau de pobreza no Brasil é significativamente superior à média dos países com renda per capita similar à brasileira, sugerindo a relevância da má distribuição dos recursos para explicar a intensidade da pobreza nacional”.

A partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2016) estimou o número de brasileiros com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza em 25.888.565 pessoas, no ano de 2014, este número representa 13,29% da população do país. O IPEA (2016) estima ainda, que na região centro-oeste do Brasil o número de pessoas vivendo na pobreza é de 708.100 – 4,74% da população da região. E no estado de Mato Grosso do Sul 98.191 pessoas – 3,75% da população do estado.

Conforme observado por Moreira (2012), em análise realizada a partir dos dados da PNAD, houve uma redução no percentual de pobres na região Centro-Oeste do Brasil do ano de 2001 para o ano de 2009.

Moreira (2012) também fez referência à renda, saúde, educação, mercado de trabalho e políticas sociais focalizadas de combate à pobreza, como variáveis de influência à pobreza. Identificou, no período de 2001 a 2009, que a taxa de ocupação é significativamente mais baixa entre os pobres e afirma que isto demonstra que os pobres têm desvantagens relativas aos não pobres na inserção produtiva. Além disso, observou, na distribuição de ocupados por faixa etária, que há um número maior de ocupados jovens entre os pobres e considera que isto “prejudica sua escolaridade e tende a perpetuar o mecanismo da pobreza” (2012, p.58).

1.1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Uma vez que a pobreza está presente no estado de Mato Grosso do Sul, e que a intervenção só é possível a partir do conhecimento aprofundado do problema, a presente pesquisa pretende responder às seguintes perguntas:

Quais as variações de quantidade e proporção da população em situação de pobreza no estado de Mato Grosso do Sul no período de 1976 a 2014? Geograficamente como está distribuída a pobreza no interior do estado? E, quais as características das pessoas que vivem em situação de pobreza no estado?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo geral realizar uma análise quantitativa e descritiva da população em situação de pobreza no estado de Mato Grosso do Sul.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Especificamente, pretende-se:

- Analisar as variações de quantidade e proporção da população em situação de pobreza no estado de Mato Grosso do Sul, em relação às demais unidades federativas do país no período de 1976-2014;
- Identificar a distribuição geográfica por municípios e microrregiões da pobreza no interior do Mato Grosso do Sul;
- Identificar possíveis características dos indivíduos em situação de pobreza no ano de 2010.

1.3 JUSTIFICATIVA

Conforme Soares (2009, p.44) “[...] em qualquer sociedade desigual em que uns têm, ou pelo menos confessam ter, preocupação com os que estão na parte inferior da distribuição de renda, a pobreza passa a ser um conceito inescapável para caracterizar os que lá estão”. Sendo assim, a importância e intenção deste estudo é contribuir para a caracterização da pobreza no estado de Mato Grosso do Sul de forma que possa dar suporte às futuras discussões entre os agentes sociais (população civil, acadêmica e estado) a respeito do assunto, bem como, contribuir com a eventual necessidade de elaboração ou ajustamento de políticas públicas destinadas a redução da pobreza no estado.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para cumprir com os objetivos propostos, o presente trabalho está organizado em quatro seções, além desta introdução. A seção 2 apresenta uma revisão bibliográfica. Na seção 3, está descrita a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo, assim como a classificação do tipo de pesquisa, uma breve contextualização a respeito da área de estudo e a base de dados utilizada para análise. A seção 4 apresenta a análise da pobreza a nível nacional, regional e estadual. A seção 5 traz os resultados e discussões da pesquisa. A seção 6 por sua vez levanta as considerações finais e uma sugestão de intervenção para o problema da pobreza no Mato Grosso do Sul.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Keynes (1982, p. 284) afirmava que “Os dois principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” – defeitos estes que se mantêm vigentes e firmes na maioria dos países atualmente, onde o ponto crítico desta distribuição desigual é a pobreza.

Hoeckel, Casagrande e Santos (2016, p. 06) afirmam que os conceitos de pobreza abordam diferentes dimensões, sendo elas, divididas em: “unidimensional, em que, a pobreza está relacionada às variáveis econômicas como a renda; e a multidimensional, em que, além das variáveis econômicas consideram-se também variáveis culturais e políticas”.

Codes (2005) salienta que, atualmente, a pobreza tem sido compreendida como um fenômeno multidimensional relacionado às situações em que as necessidades humanas não são suficientemente satisfeitas. O termo ‘multidimensional’, aplicado à pobreza, sugere que a pobreza pode ser observada sobre vários aspectos e para cada uma das formas de observá-la adota-se um parâmetro específico. Dada esta característica da pobreza, Codes (2005) fez um levantamento da trajetória do pensamento científico sobre o assunto e identificou quatro aspectos principais de se observar a pobreza, são estes:

- Aspecto da subsistência (pobreza absoluta) – vinculada a questões de sobrevivência física, definida como o não atendimento de necessidades mínimas vitais. Codes (2005) aponta que a principal crítica ao uso da abordagem de pobreza absoluta é a de que a privação causada pela pobreza não se restringe a reposição de energias corporais;
- Aspecto das necessidades básicas (pobreza como privação de necessidades básicas) – entendida no contexto de independência nacional, da dignidade de indivíduos e povos e de suas liberdades para seguir a vida adiante sem impedimentos. Em contrapartida à crítica a abordagem de pobreza absoluta, a principal dificuldade desta abordagem está na mensuração e operacionalização de análises;
- Aspecto da privação relativa (pobreza como privação relativa) – definida em função do contexto social em que se vive a partir da consideração de um padrão de vida e da forma como necessidades são supridas em determinada realidade socioeconômica;

- Aspecto da privação de capacidades (pobreza como privação de capacidades/liberdades) – voltada ao campo da justiça social, sobre igualdades e desigualdades, compreende-se desde a pobreza como carência de necessidades fundamentais de natureza física, até aspectos mais complexos de participação dos indivíduos da vida em comunidade.

O principal enfoque da análise de Sen (2000) é pela ótica da pobreza como privação de capacidades e escolhas em termos da vida que desejam levar e liberdades exercidas. No entanto, Sen (1983) reconhece que a pobreza possui uma “irredutível essência absoluta”, pois tem a fome e a inanição como seus elementos evidentes e, independentemente da posição relativa na escala social, onde há estes elementos certamente existe pobreza.

Em análise dos dados da PNAD, de 1995 a 2005, Lavinias, Matijascic e Nicoll (2007) identificaram que a pobreza apresentou variação negativa no período da análise e que:

[...] o melhor desempenho observado na última década, em matéria de redução do número absoluto de pobres, diz respeito ao período pós-2001. Entre 1995 e 2001, houve um incremento em termos absolutos dos pobres – cujo número subiu de 55,1 milhões para 62,9 milhões, respectivamente –, da ordem de 7,8 milhões de pessoas. Entretanto, entre 2001 e 2005, esse número recua para 44 milhões, o que significa uma queda de 18,7 milhões em apenas quatro anos, a qual levou o índice para um patamar muito inferior àquele registrado em 1995 [...] (LAVINAS; MATIJASCIC; NICOLL, 2007, p.166).

Ao analisar a desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, Hoffmann (2010) concluiu que a desigualdade de renda no país continua elevada, sendo que, à metade mais pobre cabe 14,5% da renda total. Hoffmann e Kageyama (2007, p.27) constataram que no ano de 2004 a pobreza afetou 65,1% da população rural e 29,2% da população urbana no Brasil. Sendo que, 2,8 milhões de pessoas residentes na área rural vivem em estado de extrema pobreza, equivalente à 9,2% da população total do país.

A política de combate à pobreza estabelecida na Declaração do Milênio em 2002, da qual o Brasil foi um dos signatários, possuía como meta de reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população pobre. Kageyama e Hoffmann (2006) consideraram que dificilmente esta meta poderia ser alcançada, caso persistissem as tendências observadas entre 1992 e 2004. Pois um grande contingente da população que se encontrava em situação de pobreza basicamente por sua baixa renda e esse contingente apresentou, na década

analisada, um comportamento nitidamente correlacionado com as variações cíclicas da economia, e sem tendência significativa de queda.

Hoeckel, Casagrande e Santos (2016, p. 07) afirmam que “uma das principais e mais difundida forma de mensuração da pobreza é a análise a partir da insuficiência de renda. Para esta abordagem a pobreza é um fenômeno unidimensional, em que são consideradas pobres todas as pessoas cuja renda foi igual ou menor do que um valor preestabelecido, denominado linha de pobreza.” Este estudo utiliza a insuficiência de renda para mensurar a pobreza na análise do Censo 2010.

3 METODOLOGIA

Quanto à sua abordagem, a presente pesquisa pode ser classificada como quantitativo-qualitativa, pois terá resultados quantificados e possui uma amostra grande de dados que será considerada representativa da população, ou seja, os resultados serão tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. No entanto, não pode deixar de ser considerada qualitativa, pois busca também o aprofundamento da compreensão do grupo social analisado, busca explicar com embasamento teórico e análise de dados as relações entre global e local (GERHARDT; SILVEIRA, 2009)

Quanto à natureza, esta pesquisa é considerada aplicada, pois, visa entender uma realidade local a partir de dados estatísticos. E quanto aos objetivos é considerada uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, visto que se pretende proporcionar maior familiaridade com o problema, descrever características da população estudada e identificar possíveis fatores de influência. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009)

3.1 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ANÁLISE

A área de estudo deste trabalho é o estado de Mato Grosso do Sul, Unidade Federativa brasileira localizada ao sul da Região Centro-Oeste do país. De acordo com o IBGE (2018) sua área é de 357.145,532 km², a estimativa de sua população no ano de 2018 é de 2.748.023 habitantes. Devido sua significativa extensão territorial sua densidade demográfica é baixa, estimada em 7,79 hab/km² em 2018, característica favorável para a atividade produtiva, predominantemente agropecuária, pois, regiões com baixa densidade demográfica não costumam atrair as indústrias. O IBGE (2018) também estima o Rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente no Mato Grosso do Sul em 2017 em R\$ 1.291,00, o segundo maior da região Centro Oeste, perdendo apenas para o Distrito Federal que atinge R\$ 2.548,00.

3.2 FONTES DE DADOS

As bases de dados utilizadas para a realização deste trabalho foram os dados de amostragem probabilística da PNAD de 1976-2014 e os microdados amostrais levantados no Censo Demográfico de 2010, ambos tratam-se de levantamentos estatísticos realizados pelo IBGE – por meio da aplicação de questionários aos indivíduos brasileiros.

A coleta dos dados da PNAD 1976-2014 foi feita no endereço eletrônico IpeaData, do IPEA. E a coleta dos dados do Censo Demográfico 2010 foi feita no endereço eletrônico do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente a pobreza e extrema pobreza foram contextualizadas a nível nacional, regional, estadual e local, identificando as disparidades e semelhanças entre localidades, por meio da elaboração e interpretação de gráficos e tabelas de variação temporal, criados a partir dos dados estatísticos da PNAD-IBGE.

Na sequência, serão analisados microdados do Censo Demográfico – IBGE de 2010, tabulados mediante a utilização do programa estatístico de análise de dados *Stata*. Convertidos em mapas por meio do programa de análise de dados espaciais e geovisualização *GeoDa*. O arquivo *Shapefile* utilizado para a criação dos mapas foi obtido no endereço eletrônico do IBGE. Pretende-se identificar características da população em situação de pobreza, tais como: gênero; etnia; faixa etária; estado civil; escolaridade; atividade; ocupação; e renda.

3.3.1 ABORDAGENS DE POBREZA UTILIZADAS

Neste trabalho utilizaremos a abordagem de pobreza absoluta, também considerada unidimensional, devido à utilização de um único indicador – em cada seção – para delimitar a linha de pobreza. As linhas de pobreza consideradas aqui, serão observadas sob duas óticas:

a ótica das necessidades calóricas, utilizada para análise dos dados da PNAD–IBGE na seção 4, que discrimina pobreza e extrema pobreza; e a ótica da renda, utilizada para análise dos dados do Censo demográfico na seção 5, que não discrimina pobreza e extrema pobreza.

3.3.1.1 ÓTICA DE NECESSIDADES CALÓRICAS

Elaborada pelo IPEA para análise dos dados da PNAD, será utilizada nas análises de dados extraídos da base de dados IPEADATA, conforme descrição que se segue:

- Linha de Extrema Pobreza (ou indigência, ou miséria): uma estimativa do valor¹ de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Estimados diferentes valores para 24 regiões do país.
- Linha de Pobreza: o dobro da linha de extrema pobreza, ou seja, o dobro do valor² da estimativa de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. Estimados diferentes valores para 24 regiões do país.

3.3.1.2 ÓTICA DA RENDA

Elaborada pelo Banco Mundial, ajustada ao ano de 2010, período de referência, do Censo Demográfico utilizado para análise, conforme descrição:

- Linha de Pobreza para o ano de 2010: US\$ 1,90 (PPC 2011) – equivalente à R\$ 91,00/mês *per capita* ajustados à moeda brasileira usando Paridades de Poder de compra (PPC) (WORD BANK, 2018).

¹ O IPEA não informa o valor monetário considerado.

² *Ibidem*.

A linha de pobreza internacional foi elaborada em 1990 pelo Banco Mundial. Em sua primeira versão não discriminava pobreza e extrema pobreza. Sua medida é expressa em dólares PPC (WORLD BANK, 2018).

A tabela 1 demonstra a evolução da linha de extrema pobreza internacional desde a sua criação em 1990 até o valor utilizado atualmente de US\$ 1,90 (PPC 2011) *per capita* que foi atualizado em 2015.

Tabela 1: Evolução da linha de pobreza internacional

	1990	2008	2015
Pobreza	US\$ 1,00/dia (PPC 1985)	US\$ 1,25 (PPC 2005)	US\$ 1,90 (PPC 2011)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Banco Mundial.

As estimativas da pobreza mundial baseiam-se em análises de famílias de 164 países e são realizadas de forma independente, por gabinetes nacionais de estatística ou ministérios do planejamento nacional. A maior parte dos países realiza de pesquisas com as famílias, semelhantes à PNAD e ao Censo Demográfico brasileiros, para as quais os processos de consulta, processamento e análises dos dados podem ser complexos e extensos, por este motivo, 2015 é o ano mais recente para o qual existem dados suficientes para estimar a pobreza a nível global. Observa-se, no entanto, que o intervalo de tempo entre as atualizações da linha de pobreza mundial vem diminuindo, possivelmente devido aos avanços tecnológicos refletidos de forma global (WORLD BANK, 2018).

Visto que, os dados utilizados são do Censo Demográfico de 2010, a linha de pobreza utilizada para a análise foi obtida a partir do cálculo apresentado na tabela 2, considerando a linha de pobreza do Banco Mundial mais próxima de 2010:

Tabela 2: Cálculo da Linha de pobreza Brasil 2010:

	Linha de pobreza World Bank 2015	US\$ 1,90 (PPC 2011)
x	Fator de conversão PPC BR 2010	1,60465939
=	R\$ 3,048852841/dia	
x	30 dias/mês	
=	Linha de Pobreza BR = renda mensal inferior à R\$ 91,46 por arredondamento. R\$ 91,00 <i>per capita</i>	

Fonte: Elaboração própria, baseada na linha de pobreza da Banco Mundial.

Nota: Brasil – BR.

Assim, verifica-se que o valor de rendimento diário que delimitava a da linha de pobreza internacional em 2010 era o valor de US\$ 1,90 (PPC 2011)/dia *per capita*. Com a conversão em PPC BR 2010 *per capita* mensal, a linha de pobreza obtida para análise neste

trabalho é de R\$ 91,00/mês PPC BR 2010 per capita e é válida para análise não só de Mato Grosso do Sul, mas do Brasil como um todo.

O Governo Federal brasileiro, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2018), define como pobres os indivíduos com rendimento de até R\$140,00/mês *per capita*, para fins de concessão de benefícios sociais como o Bolsa Família. Apesar de existir esta linha de pobreza definida pelo Governo Federal brasileiro, neste estudo optou-se pelo uso de uma linha de pobreza internacional, para que os resultados aqui obtidos sejam passíveis de comparação com indicadores internacionais de pobreza.

3.3.1.2.1 UM POUCO MAIS SOBRE A PPC

A Paridade do Poder de Compra (PPC) (*Purchasing Power Parity - PPP*) é um fator de conversão, pelo qual a moeda de um país é multiplicada para que possa comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno que o dólar americano compraria nos Estados Unidos da América. O uso da PPC permite reduzir os dados sobre o consumo e o rendimento de cada país a termos comparáveis a nível mundial. Ela é calculada na base de dados de preços de todo o mundo e cabe ao *Internacional Comparison Program*, um programa estatístico independente com um escritório global localizado no Banco Mundial, a responsabilidade de determinar o ano para a PPC (WORLD BANK, 2018).

Desta forma, a aplicação do fator de conversão PPC garante que a linha de pobreza utilizada internacionalmente seja convertida em moeda e poder de compra nacional para aplicação no mercado interno, garantindo que a linha de pobreza internacional reflita a realidade nacional de cada país.

4 EVOLUÇÃO TEMPORAL DA POBREZA: 1976-2014

A seguir serão apresentadas as variações de quantidade e proporção de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza – no Brasil, Regiões brasileiras e Estados da Região Centro-Oeste do país - ao longo dos últimos 39 anos, de 1976 a 2014. Como forma de contextualizar a pobreza no âmbito nacional e regional. Neste item da análise, utilizamos dados da PNAD – IBGE e a pobreza é caracterizada pela ótica de necessidades calóricas.

4.1 A POBREZA NO BRASIL E REGIÕES

A figura 1 apresenta a variação do número de indivíduos em situação de pobreza no Brasil e Regiões ao longo dos anos de 1976 a 2014. E a figura 2 apresenta a variação do número de indivíduos em situação de extrema pobreza no Brasil e Regiões no mesmo período.

Em termos gerais, nota-se muita semelhança das variações do número de indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza, entretanto as oscilações nas quantidades de indivíduos pobres tiveram proporção menor que as oscilações nas quantidades de indivíduos extremamente pobres. Isso pode ser explicado pela magnitude do número de indivíduos pobres, ao longo de todo o período, ser em média, mais que o dobro do número de indivíduos extremamente pobres do período. O fato do número de indivíduos em situação de pobreza ser maior que o número de indivíduos em situação de extrema pobreza, por sua vez, ocorre porque o número de indivíduos pobres também inclui os extremamente pobres, pois os extremamente pobres também estão abaixo da linha de pobreza estabelecida.

Ao observar os números para o Brasil, nota-se que do ano de 1976 a 1983 houve instabilidade e crescimento do número de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza. Do ano de 1984 para 1986 houve uma queda brusca no número de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza seguida de crescimento proporcional, a esta queda, de 1986 a 1988. De 1988 a 1993 continuou o crescimento tanto do número de indivíduos em situação de pobreza, quanto dos indivíduos em situação de extrema pobreza. Do ano de 1993 a 1995 houve uma queda relevante dos números de ambos os indicadores. De 1996 a 2003 a pobreza e a extrema pobreza cresceram de forma significativa. E por fim, a partir do ano de 2003 se iniciou um período de redução contínua dos números de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil.

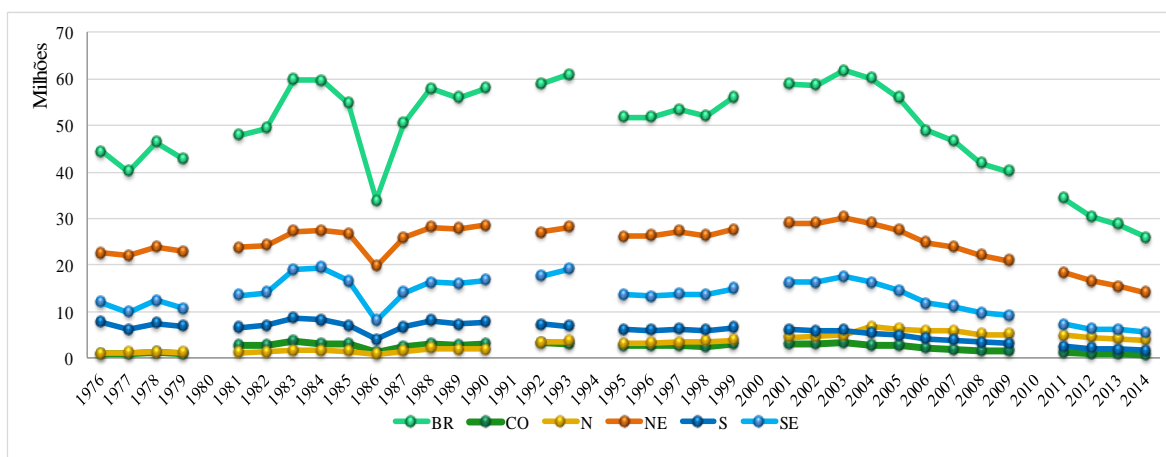


Figura 1: Número de indivíduos em situação de pobreza no Brasil e Regiões

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.

Nota: Brasil – BR; Centro Oeste – CO; Nordeste – N; Sul – S; Sudeste – SE.

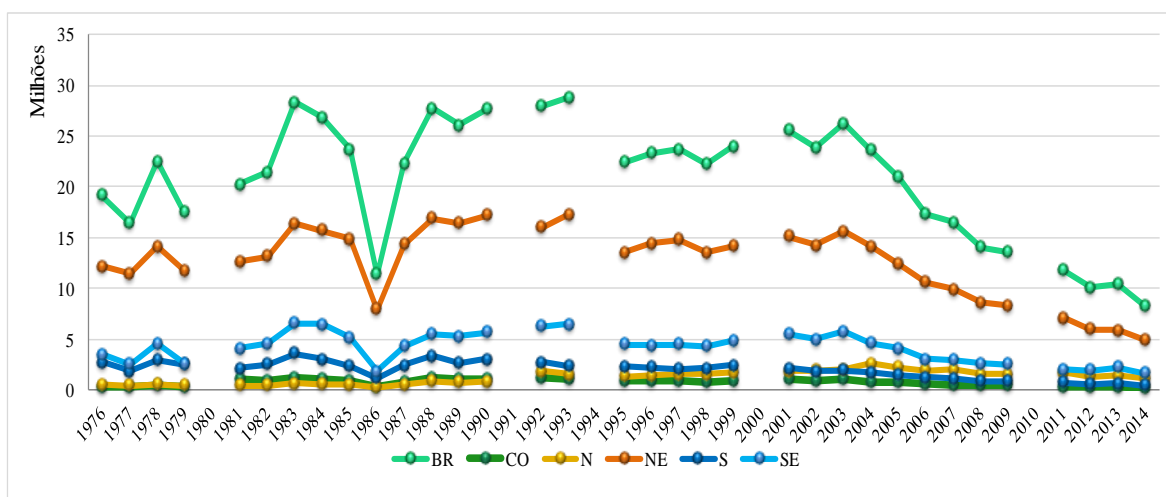


Figura 2: Número de indivíduos em situação de extrema pobreza no Brasil e Regiões

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.

Nota: Brasil – BR; Centro Oeste – CO; Nordeste – N; Sul – S; Sudeste – SE.

A figura 3 apresenta a Proporção de indivíduos em situação de pobreza no Brasil e Regiões e a figura 4, por sua vez, traz a Proporção de indivíduos extremamente pobres no Brasil e Regiões.

Nota-se, que, em termos de proporção de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza a região Nordeste e a região Norte ultrapassam a proporção de pobreza e extrema pobreza a nível nacional. O que nos leva a comprovar por meio de dados, que, historicamente as regiões Norte e Nordeste são as mais pobres do país em termos de proporção de indivíduos em situação de pobreza. Apesar de, a região Sudeste apresentar um número muito maior de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza que a região Norte. Devido à densidade demográfica da região Sudeste ser significativamente maior que da região Norte (IBGE,

2016), a região Norte tem proporção de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza muito maior que a região Sudeste.

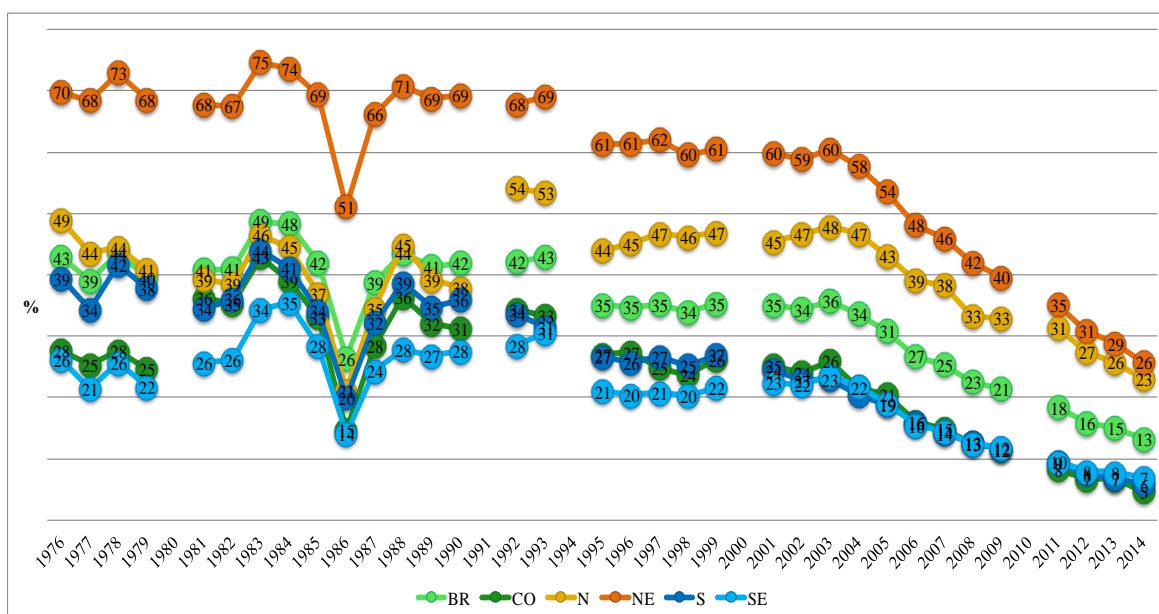


Figura 3: Proporção de indivíduos em situação de pobreza no Brasil e Regiões

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.

Nota: Brasil – BR; Centro Oeste – CO; Nordeste – N; Sul – S; Sudeste – SE.

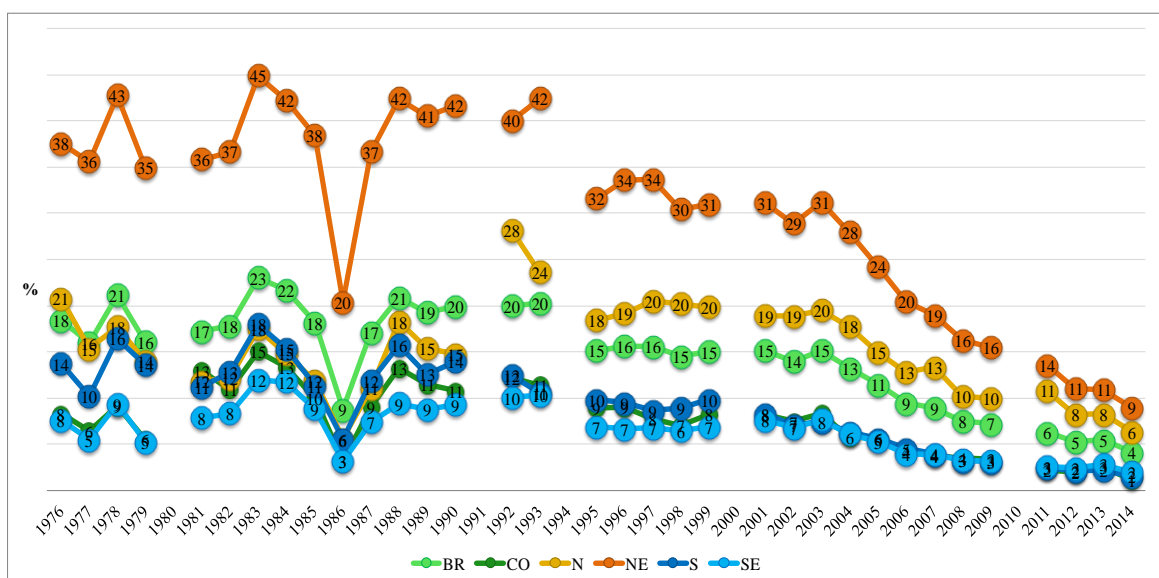


Figura 4: Proporção de indivíduos em situação de extrema pobreza no Brasil e Regiões

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.

Nota: Brasil – BR; Centro Oeste – CO; Nordeste – N; Sul – S; Sudeste – SE.

Em termos regionais, verificou-se que a diferença entre regiões é acentuada, principalmente entre a região Nordeste e as demais. A região nordeste apresentou os maiores números de indivíduos em extrema pobreza ao longo de todo o período, seus números são

tão relevantes que as variações nacionais sofrem praticamente as mesmas variações da região. É possível identificar também que nos últimos anos do período a diferença entre Nordeste e as outras regiões diminuiu. O ano de 1993 também foi o ano que apresentou maior número de indivíduos em situação de extrema pobreza na região Nordeste, sendo este de, 17.269.784 pessoas. E o ano de 2014 também foi o ano de menor número de indivíduos em situação de extrema pobreza da região, 4.912.849.

A região Sudeste é a segunda com maior número de indivíduos em extrema pobreza no país ao longo de todo o período e também apresentou um comportamento semelhante ao da região Nordeste e do país como um todo. O ano de 1983 foi o de maior número de indivíduos em situação de extrema pobreza na região, totalizando 6.569.555 indivíduos e em 1993 a região Sudeste apresentou um total de 6.466.783 indivíduos em extrema pobreza. O ano de 2014 também foi o de menor número para o Sudeste, 1.599.034 indivíduos. Comparativamente ao Nordeste e ao Sudeste as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste apresentaram números significativamente menores e pequenas variações ao longo de todo o período.

A figura 5 apresenta uma média da participação das regiões brasileiras no número de indivíduos em situação de extrema pobreza do país ao longo dos anos de 1976 a 2014. Nele podemos notar que, na média ao longo do período analisado, a região Nordeste concentrou mais da metade dos indivíduos em extrema pobreza do país (61%), seguida da região Sudeste (20%), região Sul (10%), Norte (6%) e por último a região Centro-Oeste (3%).

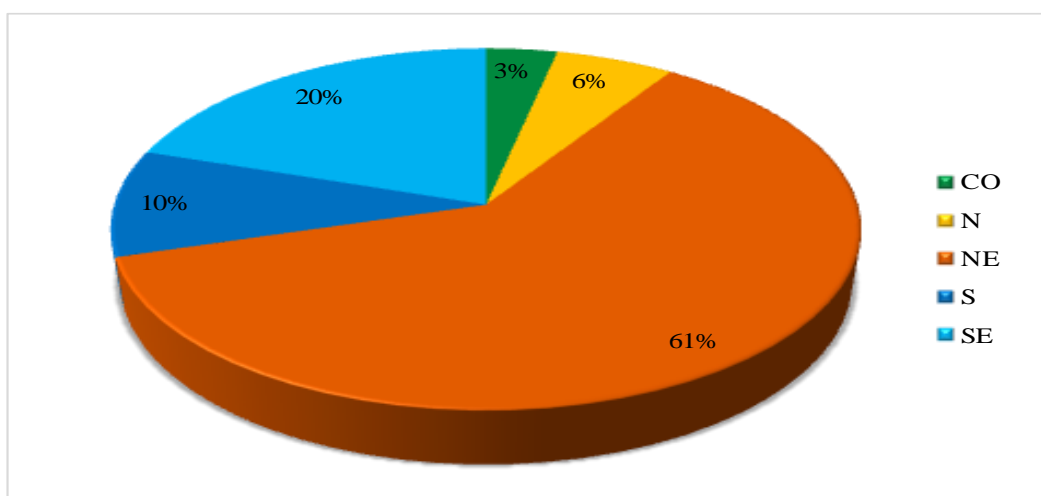


Figura 5: Participação média das regiões brasileiras no número de indivíduos em situação de extrema pobreza do país ao longo dos anos de 1976 a 2014.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.
Nota: Brasil – BR; Centro Oeste – CO; Nordeste – N; Sul – S; Sudeste – SE.

A figura 6 traz a evolução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)³, em percentual acumulado ao ano, dos anos de 1980 a 2015. As quedas acentuadas apresentadas, em 1986 – nos números de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza – podem ser explicadas pelo sucesso inicial do Plano Cruzado⁴, que gerou queda expressiva da inflação, como se vê na figura 6. Esta queda da inflação, como explica Abreu et al (1990, p. 361), possibilitou o aumento do poder de compra dos salários, que juntamente com o consumo reprimido, a despoupança voluntária, a redução da taxa de juros nominais e o declínio do recolhimento de imposto de renda, culminaram numa explosão de consumo, que muito provavelmente influenciou a queda brusca da pobreza e da extrema pobreza.

No entanto, o crescimento da extrema pobreza ocorrido nos dois anos subsequentes pode ser explicado justamente pelo insucesso do Plano Cruzado, retorno da hiperinflação e instabilidade político-econômica (ABREU et al, 1990, p. 357).

Podemos identificar também, que o ano de 1993 foi o ano de maior número de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza do período analisado, estima-se pela PNAD 28.739.397 indivíduos em situação de pobreza e. Coincidentemente 1993 foi o ano em que a inflação atingiu 2.477,15% a.a., conforme a figura 6. E o ano de 2014, por sua vez apresentou o menor número de indivíduos nestas condições, em todo o período, 8.191.008. A estabilidade da inflação alcançada após a implementação do Plano Real⁵ certamente contribuiu para a melhoria dos números nos anos seguintes. E a redução constante apresentada, tanto no número de indivíduos em situação de pobreza, quanto dos indivíduos em situação de extrema pobreza, a partir do ano de 2003 também tem relação com os programas governamentais de combate à pobreza implementados a partir deste ano e ao longo de todos os anos seguintes, contribuindo para a redução do número de indivíduos em situação de extrema pobreza no Brasil anualmente, com exceção do ano de 2012 para o ano de 2013, onde nota-se um crescimento, especificamente, de 10.081.225 indivíduos para 10.452.383.

³ O IPCA é o índice utilizado pelo Governo brasileiro para medir a inflação. Foi desenvolvido e é calculado pelo IBGE. E tem como população-objetivo a famílias residentes nas áreas urbanas das regiões de abrangência do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) com rendimentos de 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos (IBGE, 2016).

⁴ O Plano Cruzado foi um programa de estabilização da economia decretado em 28 de fevereiro de 1986 pelo então Presidente da República José Sarney, que introduziu uma nova moeda, substituindo o cruzeiro pelo cruzado, determinou congelamento de preços, regras de conversão de salários e outras medidas, com intenção de conter a hiperinflação que o país enfrentava no período (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1996).

⁵ O Plano Real foi o último plano de estabilização da economia brasileira. O último, pois foi o único que alcançou o principal objetivo dos planos de estabilização instituídos até então, reduziu a inflação a níveis aceitáveis. Sua implementação iniciou-se em 1993, no sob governo do então Presidente da República Itamar Franco, mas se desenvolveu em maior parte, no governo de Fernando Henrique Cardoso (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO, 1996).

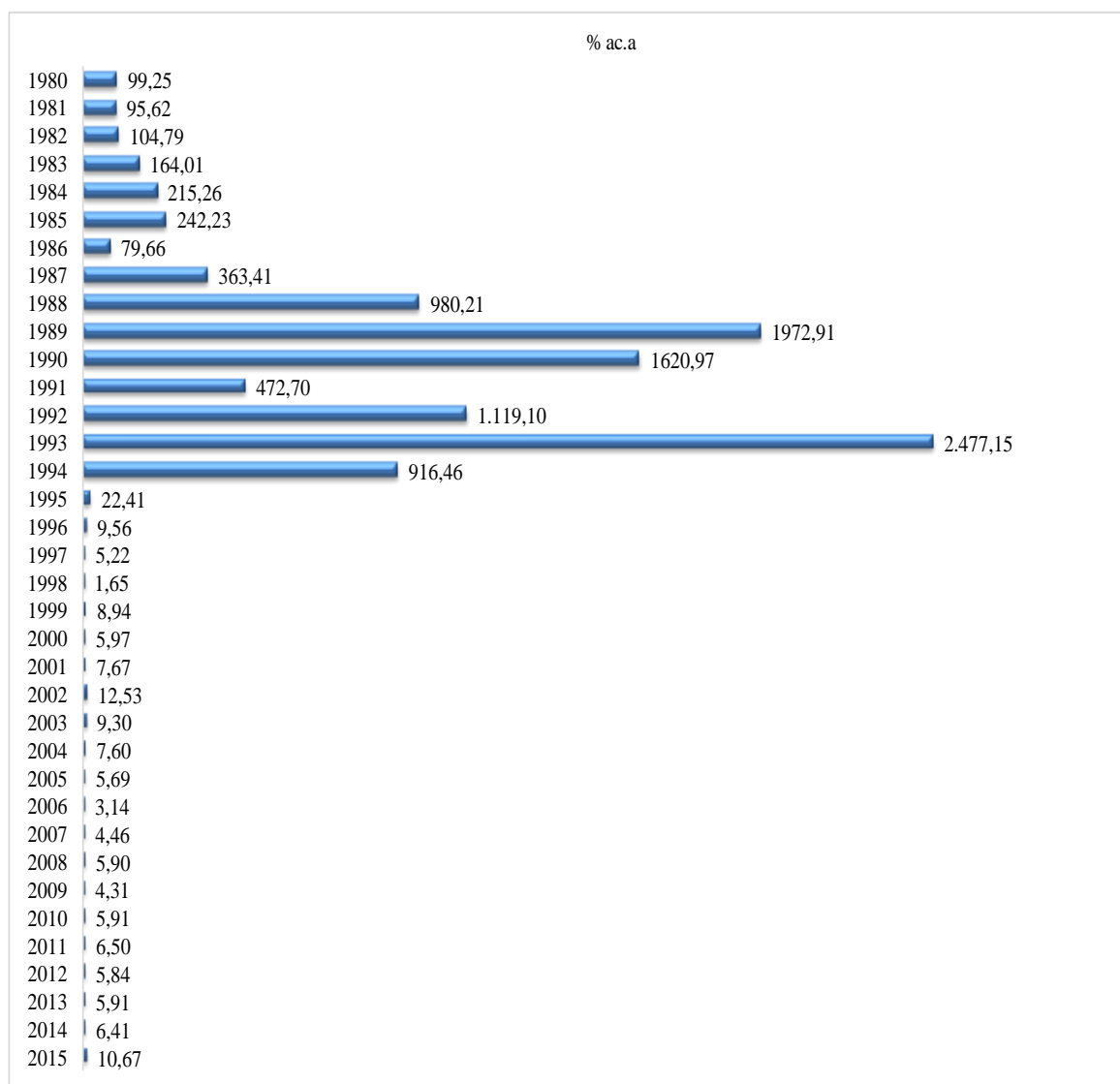


Figura 6: IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (% ac.a.) de 1980 a 2015

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, disponíveis do endereço eletrônico do IBGE.

4.2 A POBREZA NOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL

De forma geral, verifica-se que, tanto a ocorrência de pobreza e quanto de extrema pobreza apresentaram-se menores na região Centro-Oeste que nas regiões Nordeste e Norte ao longo de todo o período analisado em quantidade e proporção. Em relação às regiões Sul e Sudeste, vê-se que, as quantidades de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza na região Centro-Oeste foram menores em praticamente todo o período. No entanto, as proporções de indivíduos, em situação de pobreza e extrema pobreza, na região Centro-Oeste, foram muito semelhantes às proporções de indivíduos em situações de pobreza e extrema pobreza das regiões Sudeste e Sul do país, ao longo do período de 1976 a 2014.

A figura 7 traz a variação do número de indivíduos em situação de pobreza por Unidades Federativas, da região Centro-Oeste do Brasil. E a figura 8 exibe a variação do número de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza por Unidades Federativas, da região Centro-Oeste do Brasil. Verifica-se que o estado de Goiás apresentou o maior número de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, dentre os estados da região, em todos os anos na análise. O segundo com maior número de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, na maior parte do período, é o Mato Grosso, seguido do Mato Grosso do Sul. E o Distrito Federal foi o estado da Região com menores números de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza ao longo do período.

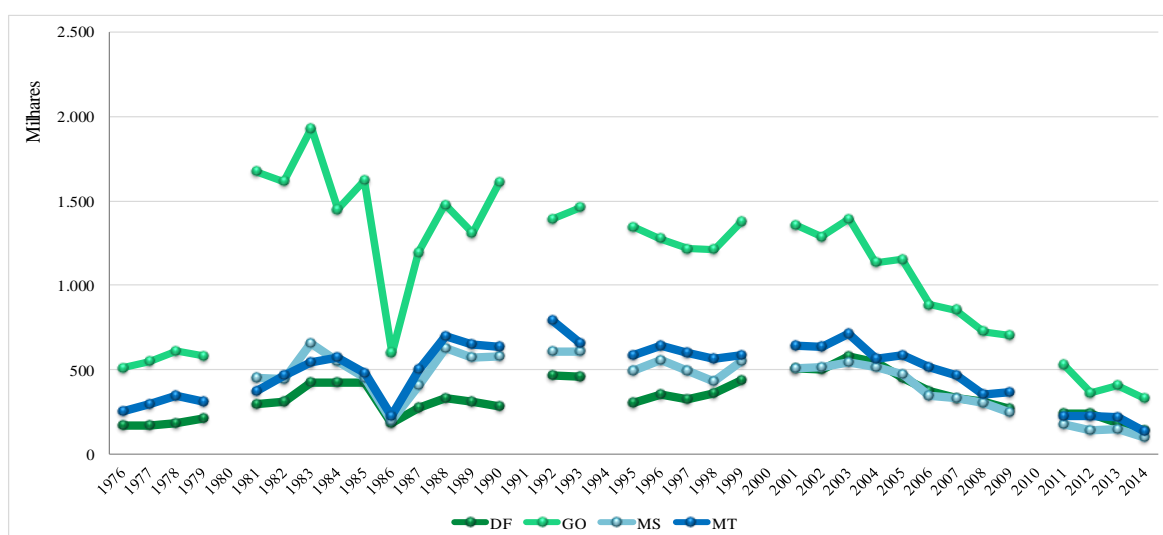


Figura 7: Número de indivíduos em situação de pobreza nos Estados da Região Centro-Oeste.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.

Nota: Distrito Federal – DF; Goiás – GO; Mato Grosso do Sul – MS; Mato Grosso - MT.

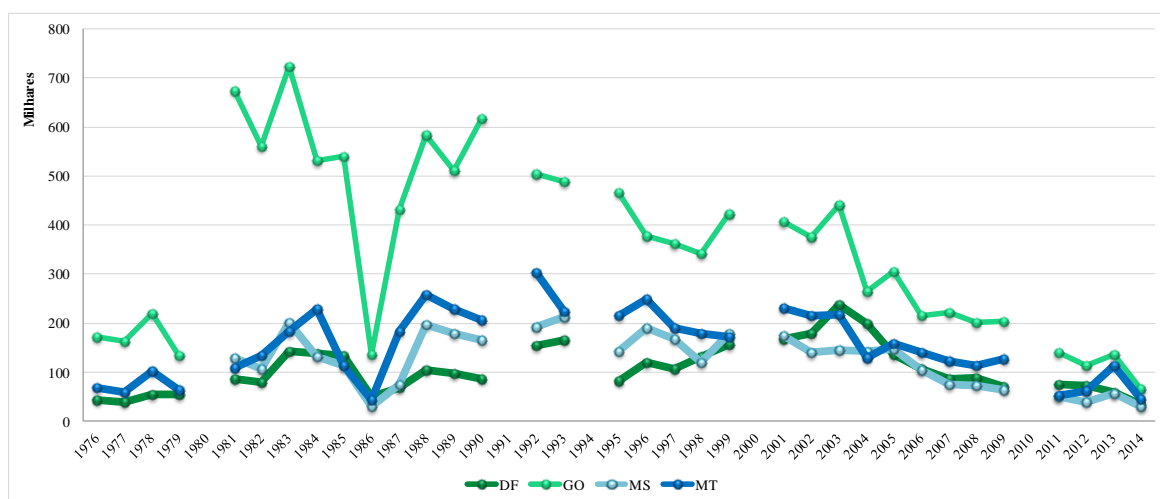


Figura 8: Número de indivíduos em situação de extrema pobreza nos Estados da Região Centro-Oeste.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.

Nota: Distrito Federal – DF; Goiás – GO; Mato Grosso do Sul – MS; Mato Grosso - MT.

A figura 9 traz a proporção de indivíduos em situação de pobreza nas Unidades Federativas da Região Centro-Oeste do Brasil. E a figura 10 traz a proporção de indivíduos em situação de extrema pobreza nas Unidades Federativas da Região Centro-Oeste do Brasil.

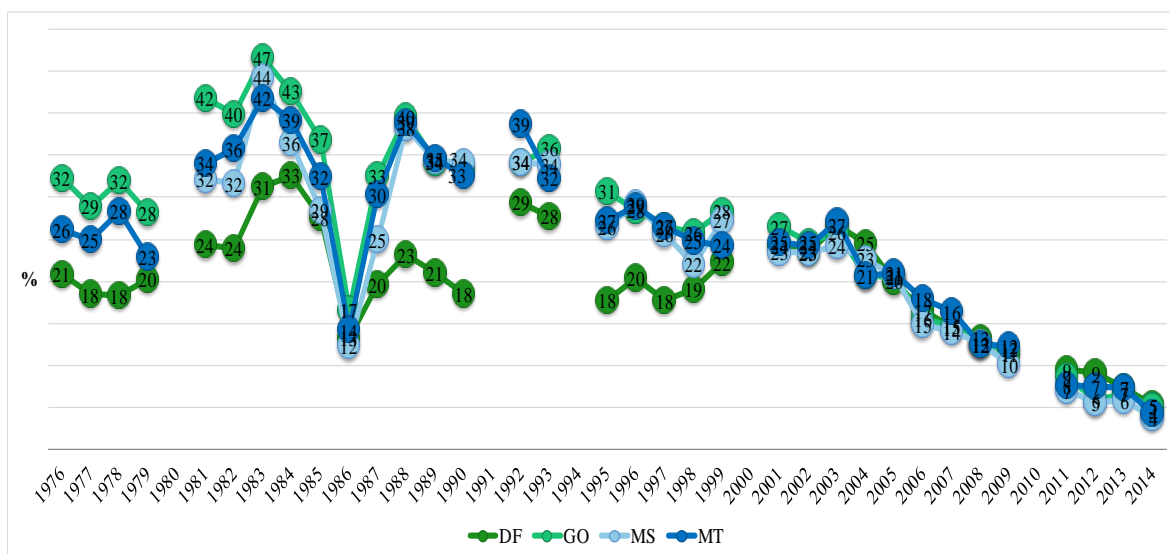


Figura 9: Proporção de indivíduos em situação de pobreza nos Estados da Região Centro-Oeste.
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.
Nota: Distrito Federal – DF; Goiás – GO; Mato Grosso do Sul – MS; Mato Grosso - MT.

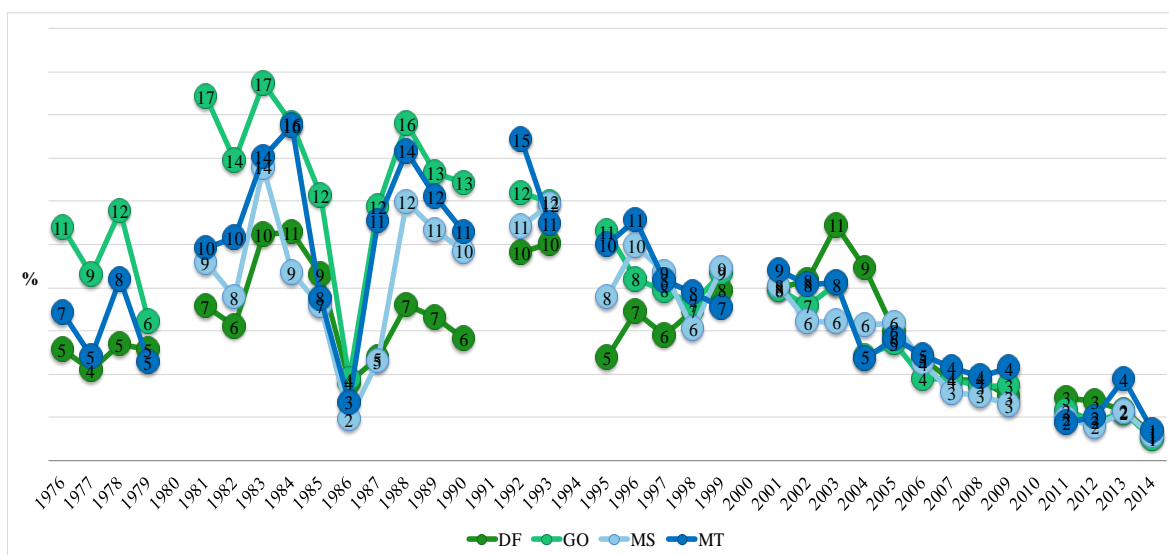


Figura 10: Proporção de indivíduos em situação de extrema pobreza nos Estados da Região Centro-Oeste.
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da PNAD, disponíveis do endereço eletrônico do Ipeadata.
Nota: Distrito Federal – DF; Goiás – GO; Mato Grosso do Sul – MS; Mato Grosso - MT.

Nota-se, que em termos proporcionais os quatro estados tiveram resultados muito semelhantes em proporção de indivíduos em situação de pobreza a partir do ano de 2001. Nos anos anteriores, a 2001, verifica-se uma instabilidade, tanto em proporção de indivíduos em situação de pobreza, quanto de extrema pobreza. O Distrito Federal apresentou proporções menores de indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, do ano de 1976 a 1997.

4.3 CONVERGÊNCIA

Conforme Almeida (2018) “o conceito de convergência é essencial nos estudos acerca do crescimento econômico e da desigualdade de renda entre as regiões [...] significa questionar se os países pobres apresentam taxas de crescimento mais rápidas do que os países ricos.” Baumol (1986) afirma que, países considerados mais ricos crescem em ritmo mais lento, enquanto os países considerados mais pobres crescem em ritmo mais acelerado.

Através de análise: da convergência de renda, entre estados brasileiros, no período de 2001 a 2014; e da convergência dos indicadores sociais, entre estados brasileiros, no período de 1990 a 2010, Almeida (2018) identificou velocidade de convergência relevantes tanto para variáveis econômicas quanto para variáveis sociais. Salaria, no entanto, que isso não garante que a convergência persista nos anos posteriores.

As figuras apresentadas nas seções 4.1 e 4.2 podem indicar conversão dos indicadores de pobreza tanto entre regiões brasileiras quanto entre estados da região Centro-Oeste, especialmente no período de 2003 a 2014, pois observa-se que a redução dos indicadores de pobreza em estados e regiões consideradas mais pobres apresentou ritmo mais acelerado, enquanto que em estados e regiões consideradas menos pobres a redução dos indicadores de pobreza apresentou ritmo mais lento. Dessa maneira, observa-se que os indicadores de pobreza – tanto entre regiões brasileiras quanto entre estados da região Centro-Oeste – indicam convergência para um ponto comum, com índices menores de pobreza – talvez como reflexo da convergência de renda.

5 RESULTADOS

Neste item é demonstrada a distribuição geográfica da pobreza dentro do estado de Mato Grosso do Sul - MS, por meio da exposição de dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, possibilitando a identificação, de regiões com grau discrepante de vulnerabilidade social.

Os Censos Demográficos do País, por pesquisarem todos os domicílios, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos - distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais (Notas Metodológicas – Censo, 2010).

No Censo Demográfico 2010, fonte de dados utilizada para esta análise, foram utilizados dois tipos de questionário:

- Questionário Básico - aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores; e
- Questionário da Amostra - aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no Questionário Básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores (Notas Metodológicas – Censo, 2010).

Os dados que compreendem as características dos domicílios e das pessoas que foram investigadas para a totalidade da população são denominados, por convenção, resultados do universo. Esses dados foram obtidos reunindo informações captadas por meio da investigação das características dos domicílios e das pessoas, que são comuns aos dois tipos de questionários utilizados para o levantamento do Censo Demográfico 2010. Cada unidade selecionada na amostra representa, também, outras unidades que fazem parte da população-alvo. Assim, para cada unidade domiciliar foi associado um peso (Notas Metodológicas – Censo, 2010).

5.1 DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA POR ÁREA GEOGRÁFICA

Conforme dados do Censo 2010 a população de MS em 2010 era de 2.449.024 pessoas (1,28% da população nacional), destas, não foi possível identificar a renda de 11.939 pessoas. Desta forma, a população disponível para análise de pobreza do Censo 2010 é de 2.437.085 pessoas. Foram considerados pobres, indivíduos com renda domiciliar per capita inferior ou igual a R\$ 91,00 mensais. Da população total analisada de 2.437.085 pessoas 6,47%, o equivalente à 157.692 pessoas estavam em situação de pobreza em 2010.

Neste item foi exposta a distribuição da pobreza no estado de MS, para tanto, as informações disponíveis nos microdados do Censo de 2010 foram convertidos em planilha e por meio do software *GeoDa* foram criados mapas de distribuição da pobreza por área geográfica.

5.1.1.1 MUNICÍPIOS

A figura 11 apresenta o mapa de distribuição dos indivíduos em situação de pobreza por municípios. Os 78 municípios do estado foram divididos em 8 percentis, ou seja, 8 partes de 9 ou 10 municípios onde o primeiro percentil agrupa os 10 municípios com menor quantidade de pessoas em situação de pobreza, variando de 44 pessoas no município de Figueirão, região Norte do estado, até 320 pessoas em Rio Negro, região Norte do estado.

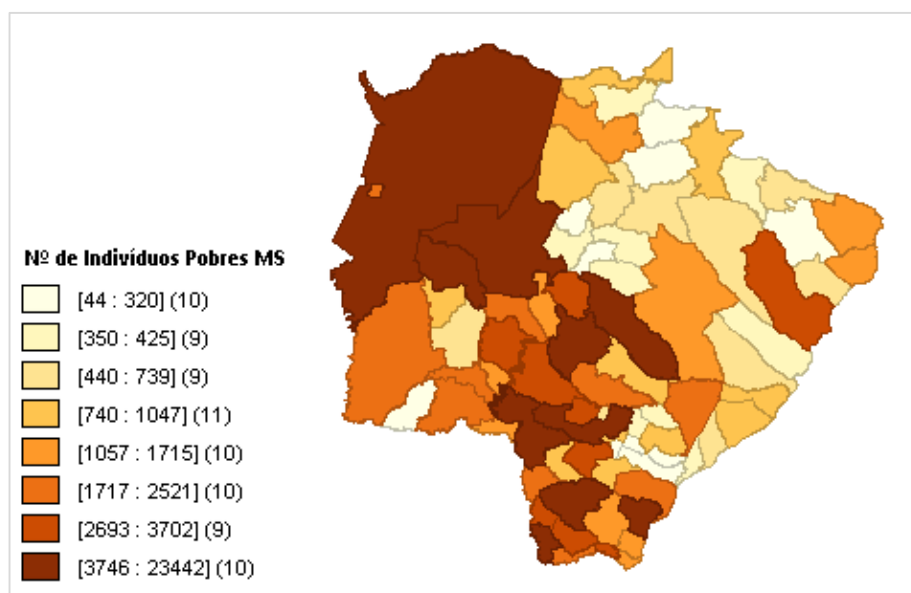


Figura 11: Número de Indivíduos pobres por Município MS.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

O oitavo percentil agrupa, por sua vez, os 10 municípios com maior quantidade de pessoas em situação de pobreza, variando de 3.746 pessoas no município de Miranda, região Oeste do estado, até 23.442 pessoas em Campo Grande, capital do estado. Devido à maior concentração populacional em Campo Grande era esperado que o número de indivíduos em situação de pobreza na capital fosse também maior.

A figura 12 apresenta o mapa de distribuição da proporção de indivíduos em situação de pobreza em relação à população total dos municípios. Os 78 municípios do estado foram divididos em 8 partes de 12,5%, de 9 a 10 municípios. O primeiro percentil agrupa os 10 municípios com menor proporção de pessoas em situação de pobreza em relação a população total municipal, variando de 1,5% dos indivíduos no município de Figueirão, até 3,1% dos indivíduos em São Gabriel do Oeste, ambos na região Norte do estado.

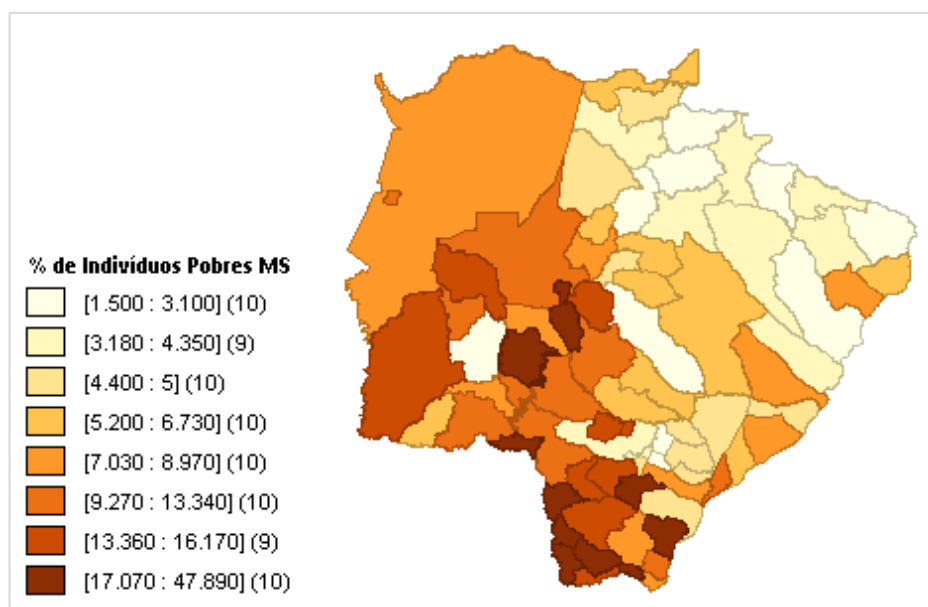


Figura 12: Percentual de indivíduos em situação de pobreza por Município.
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

O oitavo percentil, por sua vez, agrupa os 10 municípios com maior proporção de indivíduos em situação de pobreza em relação à população total dos municípios, variando de 17,07% das pessoas no município de Dois Irmãos do Buriti, região Central do estado, até 47,89% dos indivíduos em Japorã, região Sul do estado, município com maior percentual de pobres.

Nota-se que tanto em quantidade quanto em proporção as regiões Nordeste e Leste do estado apresentam menores indicadores de pobreza e nas regiões Noroeste, Oeste e Sul estes indicadores são maiores.

A tabela 3 abaixo apresenta o Ranking da Pobreza por quantidade e por proporção de indivíduos. Como esperado, os municípios mais populosos também são os municípios com maior número de indivíduos na pobreza, dentre eles, destacam-se Campo Grande (23.442), Corumbá (8.926), Ponta Porã (7.759) e Dourados (7.176). Ressalta-se, entretanto, a ausência do município de Três Lagoas entre os dez municípios com maior número de pobres do estado. Pois, mesmo sendo o quarto município mais populoso do estado com 101.379 habitantes é o 17º município no ranking de pobreza (2.783).

Tabela 3: Ranking dos 10 municípios com maiores indicadores de Pobreza de MS em 2010:

Quant. Ind. Pobreza			% Pop Pobreza		
1º	Campo Grande	23.442	1º	Japorã	47,89%
2º	Corumbá	8.926	2º	Paranhos	40,79%
3º	Ponta Porã	7.759	3º	Tacuru	26,84%
4º	Dourados	7.176	4º	Coronel Sapucaia	23,19%
5º	Sidrolândia	5.618	5º	Itaquiraí	21,98%
6º	Aquidauana	5.190	6º	Nioaque	19,58%
7º	Paranhos	5.033	7º	Juti	17,81%
8º	Amambai	4.645	8º	Antônio João	17,47%
9º	Itaquiraí	4.089	9º	Aral Moreira	17,14%
10º	Miranda	3.746	10º	Dois Irmãos do Buriti	17,07%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: Ranking completo no anexo A.

No que se refere ao percentual de indivíduos na pobreza, em relação a população total do município surpreende observar que um município como Japorã com apenas 7.731 habitantes tem quase 50% da sua população em situação de pobreza. Neste contexto, pode ser considerado um exemplo a ser seguido o do município de Chapadão do Sul, da população de 19.621 pessoas apenas 2,17% (425 indivíduos) estavam em situação de pobreza, no período analisado.

5.1.1.2 MICRORREGIÕES

A figura 13 apresenta o mapa de distribuição dos indivíduos em situação de pobreza por microrregião. As 11 microrregiões do estado foram divididos em 10 partes. As regiões com menores números de indivíduos na pobreza são a região de Cassilândia (1.846), e de Paranaíba (3.262), ambas no Nordeste do estado. E as regiões com maiores números de

indivíduos na pobreza são a região de Campo Grande (33.533) e Dourados (39.136) ambas na região Central do estado.

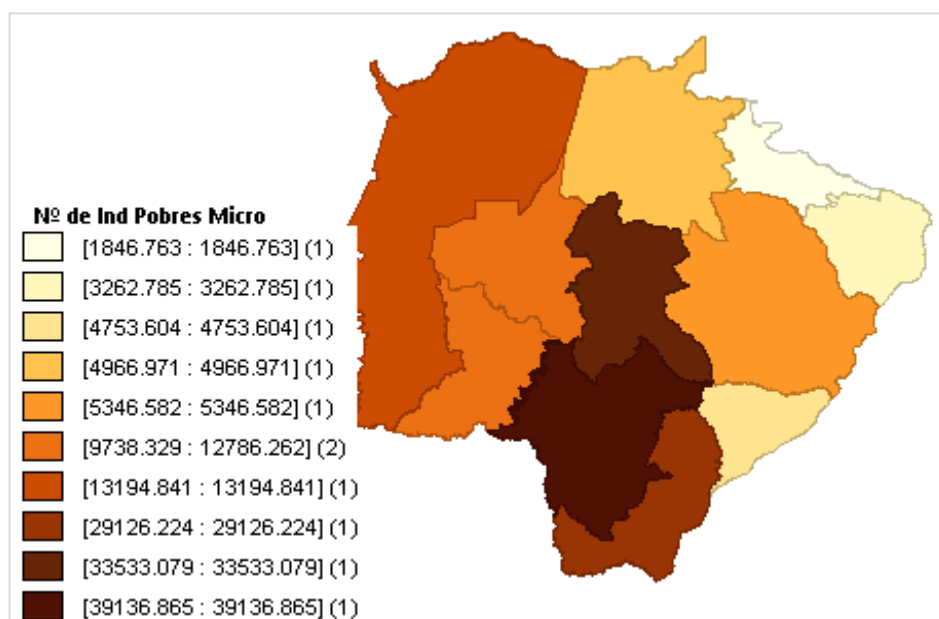


Figura 13: Número de Indivíduos pobres por Microrregião MS.
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

A figura 14 apresenta o mapa de distribuição da proporção de indivíduos em situação de pobreza por microrregião. As 11 microrregiões do estado foram divididas em 10 partes. As regiões com menores percentuais de indivíduos na pobreza são a região de Cassilândia (3,08%), e de Três Lagoas (3,44%), ambas no Nordeste do estado.

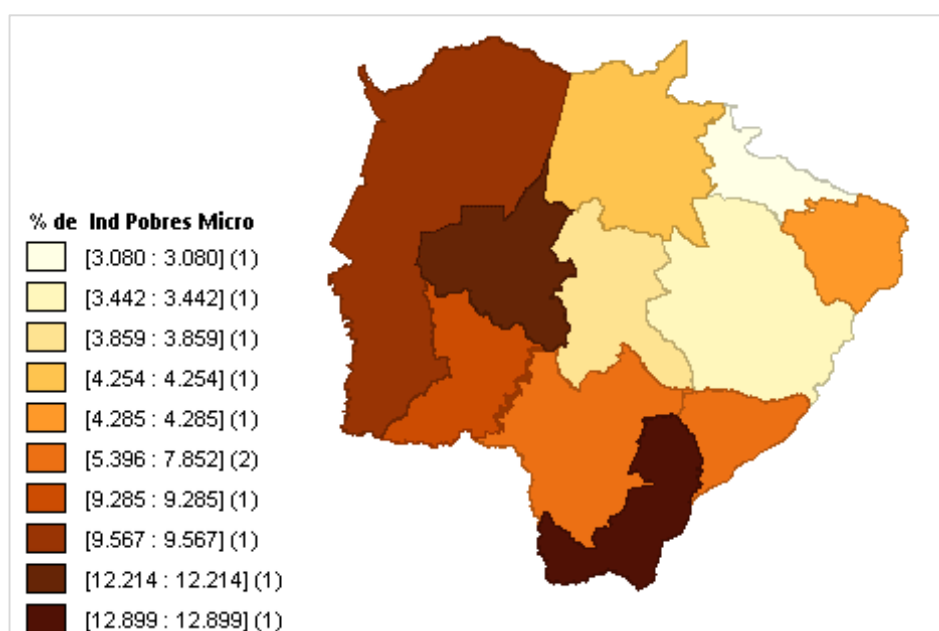


Figura 14: Percentual de indivíduos em situação de pobreza por Microrregião.
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

As regiões com maiores percentuais da população na pobreza são a região de Aquidauana (12,21%) no Noroeste do estado e Iguatemi (12,89%) no Sul do estado. As regiões de Aquidauana e Iguatemi apresentam percentuais de indivíduos na pobreza 88,71% e 99,22%, respectivamente, superiores ao percentual apresentado pela população geral do estado (6,47%).

Diante de tamanha discrepância nestas microrregiões em relação ao contexto geral da UF pode ser considerada necessária análise mais aprofundada sobre o ambiente em geral destas regiões com o intuito de conhecer melhor as relações de causa e efeito relacionadas à estes indicadores de disparidade.

5.2 CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Neste item, procurou-se identificar as características da população em situação de pobreza no estado em geral, como gênero, etnia, faixa etária, estado civil, escolaridade, ocupação/atividade, ocupação/profissão.

5.2.1 GÊNERO

Quanto ao gênero da população de MS, observa-se, na tabela 4, que tanto para população em geral como para população pobre e não pobre o número de mulheres é maior que o número de homens.

Tabela 4: Gênero da População:

SEXO	População em geral ¹		Pobres		Não Pobres	
	Qnt	%	Qnt	%	Qnt	%
Masculino	1.209.941	49,65	77.011	48,84	1.132.930	49,70
Feminino	1.227.144	50,35	80.681	51,16	1.146.462	50,30

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: ¹População em geral com renda conhecida.

Entretanto, também é possível observar que o percentual de mulheres na pobreza é 0,81 pontos percentuais superior ao percentual de mulheres na população em geral enquanto

que para os não pobres o percentual de mulheres é 0,05 pontos percentuais inferior ao percentual de mulheres na população em geral. São pequenas distinções que podem, ou não, ter alguma relação com a inserção da mulher no mercado de trabalho e outros fatores.

O gênero parece ter pouca relação com a condição de pobreza de um indivíduo. Existe diferença muito pequena na prevalência da pobreza entre homens e mulheres.

5.2.2 ETNIA

Quanto à etnia da população de MS a tabela 5 demonstra a distribuição étnica da população em geral, pobres e não pobres. Observa-se, que a maior parte da população é branca ou parda tanto para a população em geral, como para a população pobre e não pobre. A maior parte dos indivíduos na pobreza são de etnia parda (43,59%) seguido de brancos (32,17%) e indígenas (19,59%). É importante salientar que o percentual de indivíduos indígenas se destaca na população pobre apesar de ser pouco expressivo na população em geral (2,95%) e na população de não pobres (1,80%).

Tabela 5: Etnia da População:

ETNIA	População em geral ¹		Pobres		Não Pobres	
	Qnt	%	Qnt	%	Qnt	%
Branca	1.142.582	46,88	50.736	32,17	1.091.846	47,90
Preta	118.289	4,85	6.167	3,91	112.122	4,92
Amarela	29.314	1,20	1.155	0,73	28.159	1,24
Parda	1.074.993	44,11	68.743	43,59	1.006.250	44,15
Indígena	71.869	2,95	30.892	19,59	40.977	1,80
Ignorado	39	0,00	0	0,00	39	0,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: ¹População em geral com renda conhecida.

Já a tabela 6 demonstra o número de indivíduos pobres e não pobres por etnia, bem como a proporção de indivíduos pobres e não pobres por etnia em relação a população em geral.

Tabela 6: Pobreza por Etnia:

ETNIA	Pobres		Não Pobres	
	Qnt	%	Qnt	%
Branca	50.736	4,44%	1.091.846	95,56%
Preta	6.167	5,21%	112.122	94,79%
Amarela	1.155	3,94%	28.159	96,06%
Parda	68.743	6,39%	1.006.250	93,61%
Indígena	30.892	42,98%	40.977	57,02%
Ignorado	0	0,00%	39	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: ¹População em geral com renda conhecida.

A proporção de pobres e não pobres por etnia percentual de pobres e não pobres. Observa-se que, a proporção de pobres entre pessoas de etnia branca, preta, amarela e parda varia de 3,94% a 6,39%. Já na etnia indígena 42,98% dos indivíduos vivem em situação de pobreza o que demonstra uma profunda discrepância em relação aos demais grupos étnicos da mesma UF.

5.2.3 FAIXA ETÁRIA

Na tabela 7 apresenta-se a distribuição etária da população em geral, pobres e não pobres.

Tabela 7: Faixa etária da População:

Faixa etária ²	População em geral ¹		Pobres		Não Pobres	
	Qnt	%	Qnt	%	Qnt	%
0 a 10	433.246	17,78	46.494	29,48	386.752	16,97
11 a 20	446.518	18,32	34.833	22,09	411.685	18,06
21 a 30	433.228	17,78	22.197	14,08	411.032	18,03
31 a 40	371.938	15,26	19.367	12,28	352.571	15,47
41 a 50	313.473	12,86	16.351	10,37	297.123	13,04
51 a 60	218.935	8,98	12.001	7,61	206.933	9,08
61 a 70	127.170	5,22	4.647	2,95	122.523	5,38
71 a 80	66.786	2,74	1.309	0,83	65.477	2,87
81 a 90	22.193	0,91	430	0,27	21.762	0,95
91 a 100	3.447	0,14	64	0,04	3.383	0,15
101 a 110	151	0,01	0	0,00	151	0,01

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: ¹ População em geral com renda conhecida; ² Faixa etária em anos de idade.

Verifica-se que, a maior porção da população em geral (18,32%) e da população não pobre (18,06%) têm de 10 a 20 anos de idade. Enquanto que, entre os pobres a maior porção dos indivíduos têm de 0 a 10 anos de idade (29,48%). Quase um terço da população na pobreza é composto por crianças de 0 a 10 anos de idade.

Um fator que pode indicar maior nível de natalidade entre os pobres e risco de perpetuação da pobreza. Observa-se também que não há indivíduos pobres que tenham vivido mais de 100 anos. Verifica-se também que a medida que aumenta a faixa etária diminuem quantidade e percentual de pobres, isto pode ser reflexo do ingresso no mercado de trabalho e aumento da renda proveniente do aumento do tempo de experiência no mercado de trabalho. Dado que, o enquadramento na pobreza é determinado pela renda domiciliar per capita, pode-se deduzir que quanto menor a renda domiciliar e maior o número de filhos de uma família, mais próxima da pobreza está a mesma.

5.2.4 ESTADO CIVIL

Quanto ao estado civil da população, verifica-se, na tabela 8, que a maior parte dos indivíduos de MS são solteiros, seja na população em geral (46,98%), pobres (49,90%) ou não pobres (46,77%). Entre os pobres, no entanto, o percentual de solteiros é 2,92 pontos percentuais maior que na população em geral e 3,13 pontos percentuais maior que na população não pobre.

Tabela 8: Estado Civil da População:

Estado Civil	População em geral ¹		Pobres		Não Pobres	
	Qnt	%	Qnt	%	Qnt	%
Casado ¹	687.242	28,20	29.015	18,40	658.227	28,88
Desquitado	39.831	1,63	1.876	1,19	37.954	1,67
Divorciado	83.465	3,42	3.204	2,03	80.261	3,52
Viúvo	92.800	3,81	2.934	1,86	89.867	3,94
Solteiro	1.144.831	46,98	78.690	49,90	1.066.141	46,77
Outros	388.916	15,96	388.916	15,96	346.943	15,22

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: ¹População em geral com renda conhecida; ² Faixa etária em anos de idade.

²Inclusive pessoa que vive em companhia de cônjuge com quem não contraiu casamento civil ou religioso.

O número de casados na população pobre é 9,80 pontos percentuais menor que na população em geral e 10,48 pontos percentuais menor que entre os não pobres. É menor o percentual de indivíduos divorciados ou desquitados entre os pobres, tanto em relação a

população em geral, quanto em relação aos não pobres. Estes resultados podem indicar alguma relação de causa e efeito entre pobreza e estado civil.

5.2.5 ESCOLARIDADE

A tabela 9 demonstra a escolaridade da população, onde observa-se que no MS tanto na população em geral, quanto entre pobres e não pobres a maioria da população – 59,24%, 81,69% e 57,58% respectivamente – não tem nenhum nível de escolaridade ou cursou até o ensino fundamental incompleto. Entretanto, entre os pobres o percentual de indivíduos neste nível de escolaridade é 22,55 pontos percentuais maior que na população em geral e 24,11 pontos percentuais maior que entre os não pobres.

Tabela 9: Escolaridade da População:

Escolaridade	População em geral ¹		Pobres		Não Pobres	
	Qnt	%	Qnt	%	Qnt	%
Sem instrução e Fund Incomp	1.441.185	59,14	128.820	81,69	1.312.365	57,58
Fund Comp e Méd Incomp	352.744	14,47	15.343	9,73	337.401	14,80
Méd Comp e Sup Incomp	452.274	18,56	10.944	6,94	441.330	19,36
Superior Comp	182.303	7,48	2.098	1,33	180.206	7,91
Indeterminado	8.579	0,35	488	0,31	8.091	0,35

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: ¹ População em geral com renda conhecida; ² Faixa etária em anos de idade.

Também é possível observar que o percentual de indivíduos pobres com ensino Médio completo e ensino Superior incompleto é 11,62 pontos percentuais inferior ao percentual apresentado pela população em geral e 12,42 pontos percentuais inferior ao percentual apresentado pela população não pobre. Assim como o percentual de indivíduos pobres com ensino Superior completo é 6,15 pontos percentuais inferior ao percentual apresentado pela população em geral e 6,58 pontos percentuais inferior ao percentual apresentado por indivíduos não pobres.

Estas são variações significativamente relevantes e podem indicar uma relação de causa e efeito entre nível escolaridade e pobreza.

5.2.6 ATIVIDADE

Quanto à atividade da população em situação de pobreza, a tabela 10 demonstra que o número e percentual de pessoas não-economicamente ativas entre os pobres é maior (51,13%), enquanto que na população em geral e que na população não pobre. O número e percentual de pessoas economicamente ativas é maior, na população em geral (51,48%) e na população não pobre (53,51%) que na população pobre (22,25%).

Tabela 10: Atividade da População:

Atividade	População em geral ¹		Pobres		Não Pobres	
	Qnt	%	Qnt	%	Qnt	%
< de 10 anos de idade	388.916	15,96	41.973	26,62	346.943	15,22
Economicamente ativas	1.254.713	51,48	35.091	22,25	1.219.622	53,51
Não-economicamente ativas	793.456	32,56	80.629	51,13	712.827	31,27

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: ¹ População em geral com renda conhecida; ² Faixa etária em anos de idade.

Novamente observa-se que o percentual de crianças com menos de 10 anos de idade na pobreza é 10,66 pontos percentuais superior ao percentual de crianças com menos de 10 anos de idade na população em geral.

5.2.7 OCUPAÇÃO

Em relação à ocupação dos indivíduos analisados, a tabela 11 mostra que 91,04% dos indivíduos na pobreza estavam desempregados, 4,53% estavam empregados sem carteira assinada, 2,42% trabalhavam de forma autônoma ou em sociedade sem funcionário(s) e 1,21% exerciam atividade não remunerada.

Tabela 11: Ocupação da População:

Ocupação	População geral ¹		Pobres		Não Pobres	
	Qnt	%	Qnt	%	Qnt	%
Desempregado	1.288.888	52,89	143.570	91,04	1.145.317	50,25
Empregado com carteira de trabalho assinada	499.198	20,48	1.224	0,78	497.974	21,85
Exército/Marinha/Aeronáutica/Polícia/Bombeiros	15.638	0,64	4	0,00	15.635	0,69
Funcionários Públicos	89.341	3,67	28	0,02	89.313	3,92
Empregado sem carteira de trabalho assinada	249.349	10,23	7.143	4,53	242.206	10,63
Autônomo ou sociedade sem funcionário(s)	242.451	9,95	3.809	2,42	238.643	10,47
Empregador	30.653	1,26	11	0,01	30.642	1,34
Não remunerado	21.566	0,88	1.903	1,21	19.663	0,86

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Nota: ¹ População em geral com renda conhecida; ² Faixa etária em anos de idade.

Na população em geral e na população não pobre o número e percentual de desempregados é muito menor 52,89% e 50,25% respectivamente.

5.2.8 RENDIMENTO

Quanto ao rendimento médio mensal, a figura 15 apresenta o mapa da renda domiciliar *per capita* média por municípios. Os 78 municípios do estado foram divididos em 8 percentis, ou seja, 8 partes de 9 ou 10 municípios onde o primeiro percentil agrupa os 10 municípios com menor renda domiciliar *per capita* média, variando de R\$ 237,35 no município de Japorã, região Sul do estado, até R\$ 420,86 pessoas em Dois Irmãos do Buriti, região Central do estado.

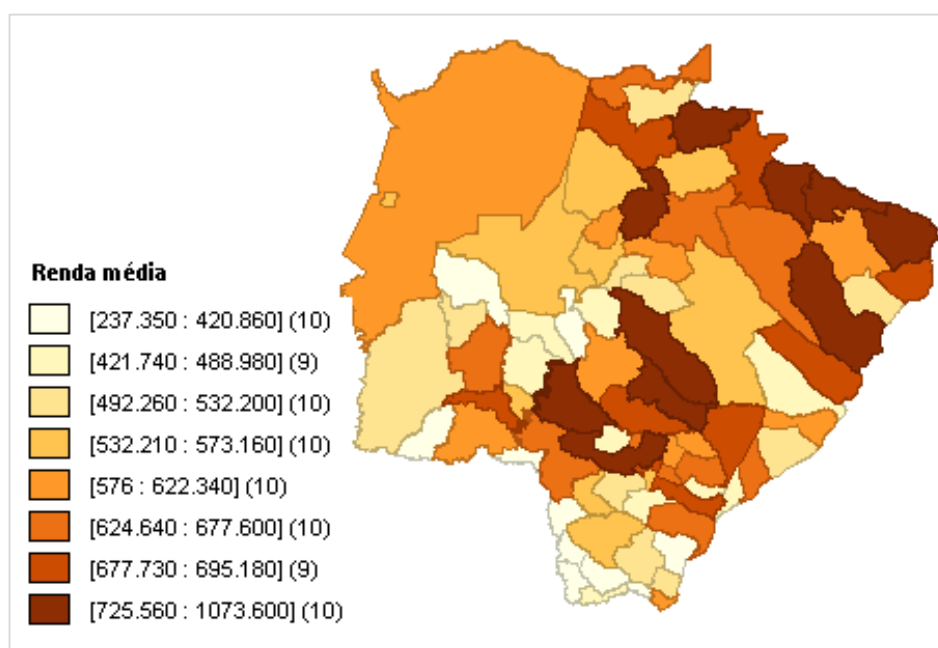


Figura 15: Renda média por município.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.

Verifica-se que, Japorã é o município com menor renda domiciliar *per capita* média e o município com o maior percentual de pobres em relação à população total. E Dois Irmãos do Buriti é o décimo município com o maior percentual de pobres em relação à população total e também o décimo município com menor renda domiciliar *per capita* média. O décimo percentil varia de R\$ 725,56 em Paranaíba à R\$1.073,60 em Campo Grande.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve uma expressiva redução tanto de quantidade como de proporção de indivíduos em situação de pobreza no período de 1976-2014, em especial de 2002-2014 período em que MS acumulou uma redução de 19,72 pontos percentuais na proporção de indivíduos pobres em relação à população total. Estudos como o de Rocha (2012) apontam para a influência das políticas públicas de combate à pobreza no desempenho do período. Ao comparar o MS com os demais estados brasileiros, nota-se que tanto o número quanto a proporção de indivíduos pobres no MS está entre os menores em relação aos estados da região Centro-Oeste e é significativamente inferior aos volumes apresentados por estados da região nordeste por exemplo. Estas disparidades nacionais podem ter relação com o clima, a produtividade do solo, a densidade demográfica, produtividade dos indivíduos, escolaridade, entre variados outros fatores.

Quanto à distribuição geográfica, notou-se uma expressiva desigualdade entre municípios no que tange, tanto à quantidade quanto a proporção, de indivíduos na pobreza por município. Estas diferenças podem ter relação com diferentes atividades produtiva e oferta de emprego entre os municípios. É possível observar que a pobreza se mostra mais expressiva em municípios da região de fronteira, esta relação precisa ser investigada para obtenção de um entendimento mais aprofundado a respeito.

No que tange à caracterização dos indivíduos na pobreza, foi possível identificar que municípios com o menor rendimento médio apresentam maior número de pobres, o que demonstra menor nível de desigualdade dentro dos municípios. Em termos etários, observou-se as crianças representam grande parte dos indivíduos em situação de pobreza no estado, resultado que pode resultar da maior natalidade entre indivíduos pobres. Quanto à escolaridade, os indivíduos em situação de pobreza, em sua maioria (81,69%), não têm nenhum nível de instrução ou possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto, o que dificulta a emergência destes indivíduos nesta situação. Quanto à etnia, concluiu-se que entre os indígenas a pobreza é mais eminente, 42,98% deste grupo étnico estão nesta condição, uma realidade muito diferente da dos outros grupos.

Da população total analisada de 2.437.085 pessoas, 6,47%, o equivalente a 157.692 pessoas estavam em situação de pobreza em 2010. A meta da ONU para 2030 é erradicar a pobreza para todas as pessoas em todos os lugares – medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90/dia (ONU, 2018) equivalente à R\$ 91,00/mês *per capita BR 2010*.

O questionamento que poderia ser levantado é: como gerar R\$ 14.351.548,92/mês, equivalente à R\$ 172.218.587,04/ano para erradicar a pobreza de MS? É um questionamento difícil de se responder. Entretanto, conforme o Portal da Transparência (2018), Mato Grosso do Sul arrecadou em 2017 R\$ 14.515.631.671,00. O volume de recurso anual para erradicar a pobreza equivale a 1,19% da receita arrecadada pelo estado no ano de 2015 – não foi possível identificar a receita do estado em 2010, pois não consta no Portal da Transparência informações anteriores à 2015. No entanto, ainda que tenha ocorrido uma redução na receita, o valor necessário para erradicação da pobreza dificilmente ultrapassaria 2,5% do montante arrecadado pelo estado. Observa-se que a magnitude da pobreza perante os recursos arrecadados pelo estado é pequena.

Sugere-se a elaboração de uma política pública de erradicação da pobreza para o estado de Mato Grosso do Sul, que não seja baseada simplesmente a concessão de renda de R\$ 91,01/mês para os indivíduos na pobreza. Mas sim, estruturada estratégia para inserção dos indivíduos em situação de pobreza nas instituições de ensino, bem como, no mercado de trabalho. Pois, observa-se nitidamente que a incidência de pobreza entre indivíduos com escolaridade mínima de ensino fundamental completo diminui 71,96 pontos percentuais em relação aos indivíduos com escolaridade máxima de ensino fundamental incompleto. A incidência também diminui pelo menos 86,51 pontos percentuais entre indivíduos ocupados, mesmo que em trabalho sem carteira assinada, em relação aos não ocupados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva et al. **A ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALMEIDA, Rubiane Daniele Cardoso de. **Ensaio sobre convergência, crescimento econômico e desigualdade entre os estados brasileiros**. 2018. 114 folhas. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2377/2/RubianeDanieleCardosodeAlmeidaTese2018.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza No Brasil**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf>. Acesso em: out. 2018.

BAUMOL, W. J. **Productivity growth, convergence, and welfare: What the long-run data show**. American Economic Review, v. 76, n. 5, p. 1072-85, 1986. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/Baumol1986.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS DA METROPOLE – CEM. **Banco de Dados do Censo Demográfico IBGE 2010**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2018.

CODES, Ana Luiza Machado de. **Modelagem de Equações Estruturais: Uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza**. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/11012/1/Tese%20Ana%20Codes.pdf>>. Acesso em set. 2018.

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/basics/ppp.htm>> Acesso em jul. 2018.

GALTON, Francis. **Family Likeness in Stature**. Londres: Proceedings of Royal Society. Vol.40, 1886, p.42-72.

_____. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; Amaury Patrick; TONETO JR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUJARATI, Damodar. *Econometria Básica*. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 – 5ª tiragem.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 647-61, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/10.pdf>>. Acesso em out. 2018.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In: **Congresso da SOBER**. 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/1159.pdf>>. Acesso em out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapas em Arquivo Shapefile para uso no Geoda**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2010/ms/> Acesso em jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE ESTADOS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>> Acesso em jun. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA – IPEA. **IPEADATA: Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada**. Social. 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2018.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva Multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 26, 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V15-F1-S26/05-kageyama_hoffmann.pdf> Acesso em out. 2018

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. Revisão Técnica de Cláudio Roberto Contador. Publicação utilizada São Paulo, 1ª edição, 3ª tiragem 1990 Editora Atlas. 1ª publicação 1936;

LAVINAS, Lena; MATIJASCIC, Milko; NICOLL, Marcelo. Desigualdade de Cobertura: a evolução recente do acesso a uma renda mínima via sistema de proteção social. BARROS, Ricardo Paes de Organizador; FOGUEL, Miguel Nathan Organizador; ULYSSEA, Gabriel Organizador. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. 2007;

MINCER, Jacob A. **Schooling, Experience, and Earnings**. National Bureau of Economic Research, Human Behavior and Social Institutions. 1974;

MOREIRA, Adriana Rochas de Carvalho Fruguli. **Influências das Políticas e Programas Sociais de Combate à Pobreza no Desempenho Econômico e Social dos Municípios Selecionados do estado de Mato Grosso do Sul, no Período de 2000 a 2010**. Porto Alegre, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, artigo 25, 1, adotada e proclamada pela resolução 217 A, III, da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU (Ed.), Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas. **Relatório The 2015 Revision of World Population Prospects (Perspectivas da População Mundial a Revisão 2015)**. 2015. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em: out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU (Ed.). **A taxa de pobreza caiu para um novo mínimo de 10% em 2015 mas o objetivo de erradicar a pobreza até 2030 está em risco.** 2018. Disponível em: < <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/09/19/decline-of-global-extreme-poverty-continues-but-has-slowed-world-bank>>. Acesso em: dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU (Ed.). **Entrevista Secretário-geral da ONU lembra compromisso assumido por líderes para acabar com a miséria até 2030.** 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-lembra-compromisso-assumido-por-lideres-para-acabar-com-a-miseria-ate-2030/>>. Acesso em: out. 2018.

_____. PEARSON, Karl; LEE, Alice. On the laws of inheritance in man: I. Inheritance of physical characters. **Biometrika**, v. 2, n. 4, p. 357-462, 1903.

Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – SEMAD. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2016/11/PIB-MS2010-2014.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. **Poor, relatively speaking.** Oxford Economic Papers, v.35 n.1, p.153-169, Mar. 1983

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Texto Para Discussão N° 1381 Ipea: Metodologias para Estabelecer a Linha de Pobreza: Objetivas, Subjetivas, Relativas, Multidimensionais.** Produzido no programa de trabalho de 2008. Rio de Janeiro, 2009.

ANEXO A – RANKING DA POBREZA POR MUNICÍPIOS DE MS

Quant. Ind. Pobreza			% Pop Pobreza		
1º	Campo Grande	23.442	1º	Japorã	47,89
2º	Corumbá	8.926	2º	Paranhos	40,79
3º	Ponta Porã	7.759	3º	Tacuru	26,84
4º	Dourados	7.176	4º	Coronel Sapucaia	23,19
5º	Sidrolândia	5.618	5º	Itaquiraí	21,98
6º	Aquidauana	5.190	6º	Nioaque	19,58
7º	Paranhos	5.033	7º	Juti	17,81
8º	Amambai	4.645	8º	Antônio João	17,47
9º	Itaquiraí	4.089	9º	Aral Moreira	17,14
10º	Miranda	3.746	10º	Dois Irmãos do Buriti	17,07
11º	Japorã	3.702	11º	Sete Quedas	16,17
12º	Maracaju	3.578	12º	Terenos	15,74
13º	Caarapó	3.557	13º	Porto Murtinho	14,89
14º	Coronel Sapucaia	3.258	14º	Miranda	14,67
15º	Itaporã	2.922	15º	Itaporã	14,01
16º	Nioaque	2.812	16º	Caarapó	13,84
17º	Três Lagoas	2.783	17º	Douradina	13,78
18º	Tacuru	2.739	18º	Amambai	13,49
19º	Terenos	2.693	19º	Laguna Carapã	13,36
20º	Bela Vista	2.521	20º	Sidrolândia	13,34
21º	Porto Murtinho	2.284	21º	Aquidauana	11,45
22º	Naviraí	2.244	22º	Bela Vista	10,91
23º	Anastácio	2.134	23º	Guia Lopes da Laguna	10,23
24º	Nova Andradina	2.013	24º	Ladário	10,12
25º	Ladário	1.985	25º	Ponta Porã	9,99
26º	Jardim	1.759	26º	Taquarussu	9,95
27º	Aral Moreira	1.751	27º	Eldorado	9,79
28º	Sete Quedas	1.737	28º	Maracaju	9,62
29º	Rio Brillhante	1.717	29º	Bodoquena	9,27
30º	Dois Irmãos do Buriti	1.715	30º	Anastácio	8,97
31º	Antônio João	1.432	31º	Corguinho	8,74
32º	Mundo Novo	1.347	32º	Anaurilândia	8,72
33º	Coxim	1.308	33º	Corumbá	8,67
34º	Aparecida do Taboado	1.298	34º	Iguatemi	8,35
35º	Iguatemi	1.240	35º	Mundo Novo	7,92
36º	Paranaíba	1.220	36º	Jateí	7,58
37º	Eldorado	1.143	37º	Santa Rita do Pardo	7,45
38º	Ribas do Rio Pardo	1.109	38º	Jardim	7,26
39º	Guia Lopes da Laguna	1.057	39º	Selvíria	7,03
40º	Juti	1.047	40º	Batayporã	6,73
41º	Ivinhema	1.021	41º	Jaraguari	6,62
42º	Rio Verde de Mato Grosso	932	42º	Rio Negro	6,37
43º	Bataguassu	916	43º	Bandeirantes	6,07
44º	Sonora	876	44º	Sonora	5,93
45º	Laguna Carapã	865	45º	Aparecida do Taboado	5,83
46º	Nova Alvorada do Sul	854	46º	Caracol	5,65
47º	Fátima do Sul	814	47º	Rio Brillhante	5,63
48º	Costa Rica	761	48º	Ribas do Rio Pardo	5,39
49º	Anaurilândia	740	49º	Nova Alvorada do Sul	5,20
50º	Bodoquena	740	50º	Novo Horizonte do Sul	5,00
51º	Douradina	739	51º	Pedro Gomes	5,00
52º	Batayporã	734	52º	Rio Verde de Mato Grosso	4,96
53º	São Gabriel do Oeste	687	53º	Naviraí	4,86
54º	Cassilândia	661	54º	Vicentina	4,77
55º	Camapuã	591	55º	Bataguassu	4,65
56º	Bonito	545	56º	Ivinhema	4,58
57º	Santa Rita do Pardo	540	57º	Nova Andradina	4,43
58º	Água Clara	503	58º	Rochedo	4,42
59º	Selvíria	440	59º	Angélica	4,40
60º	Chapadão do Sul	425	60º	Camapuã	4,35
61º	Corguinho	423	61º	Fátima do Sul	4,28
62º	Jaraguari	420	62º	Coxim	4,08
63º	Brasilândia	413	63º	Inocência	4,00
64º	Angélica	403	64º	Costa Rica	3,89
65º	Bandeirantes	401	65º	Dourados	3,69
66º	Pedro Gomes	395	66º	Água Clara	3,51
67º	Deodápolis	350	67º	Brasilândia	3,51
68º	Taquarussu	350	68º	Cassilândia	3,18
69º	Rio Negro	320	69º	São Gabriel do Oeste	3,10
70º	Inocência	305	70º	Paranaíba	3,05
71º	Caracol	304	71º	Campo Grande	3,00
72º	Jateí	301	72º	Alcinópolis	2,94
73º	Vicentina	281	73º	Deodápolis	2,88
74º	Glória de Dourados	272	74º	Bonito	2,80
75º	Novo Horizonte do Sul	247	75º	Glória de Dourados	2,75
76º	Rochedo	217	76º	Três Lagoas	2,75
77º	Alcinópolis	134	77º	Chapadão do Sul	2,17
78º	Figueirão	44	78º	Figueirão	1,50

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Censo IBGE 2010.